Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig
As notas explicativas às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. A Companhia

A Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e o Município de Belo Horizonte (“MBH”), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros.

A Companhia obteve a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado de Minas Gerais (Estado) pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

De acordo com o Contrato de Concessão, a Companhia realizará suas atividades de distribuição de gás natural até o final da concessão, sendo remunerada por meio de tarifas pagas pelos usuários dos serviços de distribuição. Por meio do segundo aditivo, o poder concedente estabeleceu que, extinta a concessão, todos os ativos de infraestrutura vinculados à concessão serão revertidos ao poder concedente, que indenizará a concessionária, à vista e em dinheiro, pela parcela não depreciada dos ativos efetivamente utilizados na prestação do serviço objeto desta concessão, corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha a substituí-lo.

Em 19 de setembro de 2019, a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais, na qualidade de Poder Concedente, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual representa a conclusão do seu processo de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, mediante pagamento do bônus de outorga no valor atualizado até a data do seu efetivo pagamento de R\$891,2 milhões e que assegurou à Gasmig a manutenção da extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053.

Ainda de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor total pago a título de outorga compensatória foi acrescido à base de remuneração de ativos da Companhia e considerado no processo de revisão tarifária finalizado, em novembro de 2019, pelo poder concedente, como um ativo intangível a ser amortizado até o final do Contrato de Concessão. A revisão resultou na orientação quanto às metas de investimento e qualidade, expansão de serviço e definição do novo desenho tarifário, oferecido pela Gasmig, no ciclo 2018 até 2022.

Em 05 de agosto de 2021, a Companhia recebeu Ofício da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais (“Sede/MG”) comunicando o início do processo de Revisão Tarifária Ordinária (“RTO”) da Gasmig e a antecipação do encerramento do atual ciclo tarifário para 31 de dezembro de 2021. A revisão tarifária está sendo feita levando em consideração metodologia previamente definida e que considera critérios fundamentais como o perfil dos clientes, os custos de operação, os investimentos já realizados pela Companhia, bem como os investimentos futuros. A Revisão Tarifária Ordinária é um processo quinquenal obrigatório que está previsto no contrato de concessão firmado entre o Estado de Minas Gerais e a concessionária. As ocorrências vividas em 2019 e 2020, em especial os efeitos da pandemia de Covid-19 e do deslizamento da Barragem da Vale S.A., em Brumadinho/MG, mostraram-se absolutamente imprevisíveis em relação aos cenários que fundamentaram os estudos que antecederam a última RTO para o ciclo 2018-2022, condições que levaram à elevação das tarifas e redução do consumo. Em vista dos impactos negativos vivenciados, a Companhia espera que a antecipação de um novo processo de revisão tarifária possibilite o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, além de viabilizar o reposicionamento tarifário, com vistas à modicidade.

Em 04 de outubro de 2021, a Sede/MG divulgou o resultado da Consulta Pública nº 25/2021, que determinou a redução da taxa de custo do capital da Gasmig de 10,02% para 8,71%, (taxa real, após impostos) a qual deverá ser aplicada ao término do processo de revisão tarifária em curso, previsto para o 1º trimestre de 2022, mas vigorando já a partir do novo ciclo tarifário quinquenal que será iniciado em 2022.

Posteriormente à definição da Taxa de Custo de Capital da 2ª RTO da GASMIG e com base na Nota Técnica SEDE/DIEN nº 16/2022, publicado em 11 de março de 2022, foi definida a nova margem média da companhia em R\$0,6626/m³, que é 4,34% superior à margem vigente em dezembro de 2021.

Cabe ressaltar que a estrutura tarifária ainda será objeto de discussão desse processo de revisão tarifária. Imediatamente após a definição da Receita Requerida a concessionária apresentará sua proposta de estrutura tarifária para avaliação da SEDE. Caso existam distorções na proposta da Gasmig, será realizada Consulta Pública sobre o tema.

1.2. Epidemia Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação da Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento da crise econômica causada pela pandemia, especialmente, por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

Em 2021, com o avanço da pandemia e o aparecimento de novas mutações do coronavírus foram intensificadas as ações de enfrentamento à Covid-19. A Gasmig implementou novas ações e atualizou ações já implementadas. Estas ações cooperaram estrategicamente para evitar o avanço da doença entre os seus colaboradores, clientes e sociedade. Foram elas: manutenção do *home office* para os colaboradores inseridos no regime, atualização constante do protocolo de saúde e segurança para contingenciamento da Covid-19, desenvolvimento de treinamentos EAD (Ensino à Distância), realização de eventos de saúde mental para prevenção de riscos relacionadas à pandemia e ao teletrabalho e antecipação da campanha de vacinação anual contra gripe. As ações adotadas para contingenciamento da disseminação do novo coronavírus colaboraram para a redução da exposição de seus colaboradores aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação de seus serviços essenciais à sociedade.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento de gás adequado.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia continua sendo diligente, no sentido de proteger a sua liquidez.

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia acompanha de perto os possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, destacando-se eventual redução no consumo de gás e, conseqüentemente, da receita de venda de gás, bem como incremento na inadimplência, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros, advindos da pandemia e da retração na atividade econômica.

Nesse cenário, com o avanço das iniciativas para reduzir a transmissão da Covid-19 e com a retomada gradual da atividade econômica no Estado, verificou-se: incremento no consumo de gás natural no setor automotivo em 19% em 2021, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, crescimento do setor comercial em 14%, e aumento

do consumo residencial e nas indústrias no ano de 2021 em 16% e 19%, respectivamente, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros, conforme abaixo:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou, de forma abrangente, eventuais medidas atenuantes e a realidade de seus clientes, considerando todos os fatos e circunstâncias, a fim de distinguir se houve realmente um aumento real no seu risco de crédito ou apenas uma restrição temporária de liquidez. Ao fazer tais previsões, a Companhia avaliou a natureza do impacto econômico da pandemia da Covid-19 (se permanente ou temporário), considerando eventuais impactos que medidas de apoio governamentais, e outras, terão no risco de crédito ao longo de toda a vida do instrumento financeiro em análise. Como resultado das análises realizadas, não há evidência, neste momento, de aumento do risco de crédito permanente e consequente aumento na perda esperada das contas a receber de clientes.
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem expectativa de que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a recuperabilidade dos ativos de concessão, incluindo o ativo financeiro, intangível e de contrato, considerando, inclusive, as previsões de reequilíbrio econômico-financeiro existentes nos termos do seu Contrato de Concessão.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. A Companhia estima que os efeitos da pandemia poderão afetar, temporariamente, a sua situação patrimonial e resultados em 2022, porém, não se esperam impactos significativos no longo prazo.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros já considerando o contexto atual de pandemia estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

1.3. Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos de transporte, a Companhia possui com o fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dois Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrados em 2019 e 2021 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Contrato celebrados em 16 de dezembro de 2019 e aditivado em 30 de junho de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 2.085.000m³/dia por todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*) e pagamento de encargo de capacidade.
- Contrato celebrado em 21 de dezembro de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.
 - Quantidade de gás contratada: 480.000m³/dia para 2022, 422.000m³/dia para 2023, 374.000m³/dia para 2024 e 312.000m³/dia para 2025.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 50% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*) no ano de 2022 e de 90% nos demais anos de vigência do contrato.

Além dos contratos com a Petrobras, a Gasmig possui dois contratos de suprimento, para atendimento à municípios não conectados aos gasodutos de transporte (projetos estruturantes), com o fornecedor GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. - GásLocal, celebrados em 2014 e 2020 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Acordo de Cooperação Comercial para atendimento à Pouso Alegre celebrado em 13 de janeiro de 2014:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 28 de janeiro agosto de 2024.

- Quantidade de gás contratada: 3.633 m³/dia para todo o período residual de vigência.
- Existência de cláusula de retirada mínima de 60% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*).
- Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito para atendimento à Extrema celebrado em 06 de agosto de 2020:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 09 de agosto de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 24.667 m³/dia entre janeiro e julho de cada ano e 29.667 m³/dia para os demais meses do ano de todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (*Take or pay*).

Nos contratos firmados, tanto a Petrobras quanto a GásLocal têm o compromisso de atender à quantidade contratada diariamente, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento.

1.4. Contratos exclusivos com Usinas Termelétricas

Para o mercado termelétrico, a Companhia manteve os contratos de fornecimento de gás celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (“UTE JF”): firmado em 1º de fevereiro de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 506.488m³. A Gasmig se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.
- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica Ibiritermo (“UTE Ibiritermo”), assinado com a Petrobras em 14 de março de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 1.100.000m³. A Gasmig se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.

Os contratos de fornecimento de gás para as UTEJF e UTE Ibiritermo são denominados contratos “espelho”, ou “*back to back*”, nos quais os volumes contratados e as condições estabelecidas entre a supridora, Petrobras, e a distribuidora, Gasmig, são reproduzidas nos contratos entre a distribuidora e as UTEs. Esse mecanismo contratual, denominado “*Infração Conexa*”, permite à Companhia mitigar os seus riscos de crédito em decorrência do eventual descumprimento de contrato por uma das outras partes. Entretanto, cabe à distribuidora a obrigação de entregar o produto e manter pleno funcionamento dos gasodutos de distribuição, riscos do negócio imputados à concessionária.

Em 31 de janeiro de 2022 a Gasmig e a Petrobras celebraram contrato de serviço de distribuição de gás, cujos objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 545.000m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2027, à Usina Termelétrica de Juiz de Fora.

1.5. Contratos de vendas para o mercado não térmico

A Gasmig, cujo órgão regulador é a Sede/MG, celebra contratos de fornecimento de gás com clientes e aplica as tarifas vigentes, conforme estabelecido no Contrato de Concessão. Os clientes são agrupados conforme categoria tarifária, a saber:

- Consumidores Automotivos - o segmento automotivo (GNV-01) trata de tarifa específica para fornecimento de Gás Natural Veicular - GNV a revendedores com fins automotivos, consumo em frota própria de veículos automotores (inclusive os veículos automotores fora de estrada) e para transporte público. GNV Frotista, composto por clientes que possuem frota cativa de veículos de uso regular urbano ou rodoviário e/ou fora de estrada, que consomem o Gás Natural exclusivamente para automotivos na própria sua frota, não havendo a incidência de ICMS-ST.
- Consumidores Industriais - o segmento industrial IND-01 é composto por indústrias com consumos a partir de 25.000 m³/mês. Os contratos têm previsão de tarifa de demanda e tarifa de energia, com definição de cláusula de cobrança de demanda mínima em relação ao volume contratado, além da quantidade de gás consumido. O faturamento é quinzenal e apurado em cascata específica, homologada pelo órgão regulador.
- Consumidores Comercial e Industrial - o segmento comercial e industrial de menor consumo (CI-01) é composto

por clientes não residenciais de qualquer consumo, ou indústrias que contratem volumes inferiores a 25.000m³ mensais.

- Consumidores Residenciais - o segmento residencial individual (RIND-01) e residencial coletivo (RCOL-01) é composto por clientes residenciais em habitações individuais ou em condomínios.
- Consumidores de Gás Natural Comprimido -GNC - o segmento gás natural comprimido industrial (GNC/GNL-01) é composto por comercializadores para fins industriais de Gás Natural Comprimido, ou Gás Natural Liquefeito, credenciados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- Consumidores Cogeração - o segmento cogeração (COG/CLI-01) é composto por clientes com consumo destinado à cogeração, climatização e geração elétrica distribuída.

A Sede/MG, por meio da Resolução nº 21, de 13 de novembro de 2019, aprovou a nova estrutura tarifária para os serviços de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais. A partir desta publicação, houve a adequação dos clientes ao novo desenho tarifário, com a manutenção de grande parte dos clientes em categorias tarifárias equivalentes, tendo sido este processo concluído no segundo trimestre de 2020. Não obstante, merece destaque a migração, principalmente, dos clientes que estavam alocados nas categorias tarifárias Pequenos Clientes não Residenciais (PC-01) e Uso Geral (UG-01) para a categoria Comercial e Industrial de menor consumo (CI-01). As descrições das novas categorias tarifárias já se encontram refletidas nesta nota, assim como nas Notas 6 e 20.

Em 16 de dezembro de 2021, foi firmado o Contrato de Serviço de Distribuição com a Gerdau Açominas. É o primeiro consumidor da Gasmig nesta modalidade, em que o consumidor é o responsável por contratar o suprimento de molécula e o transporte de gás natural, e a Gasmig é a responsável pela distribuição. O prazo do contrato é de 12 meses com início de fornecimento em 01 de janeiro de 2022.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 17 de março de 2022, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os números citados nas tabelas deste documento são em milhares de reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que

afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas utilizadas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes (provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa e receita não faturada);
- Nota 9.b - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 11 - Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato;
- Nota 12 – Arrendamentos;
- Nota 16 - Provisões para riscos;
- Nota 18 - Planos de benefícios a empregados;
- Nota 25 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

2.5. Pronunciamentos técnicos novos ou revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia avaliou a aplicação, pela primeira vez, de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data.

As principais alterações estão relacionadas a CPC 06 (R2) / IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático que concede a opção por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras são analisadas para planejamento de sua adoção inicial, se aplicáveis.

As principais alterações nas normas emitidas pelo IASB estão descritas a seguir:

- IFRS 17 - Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017 - A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia. Esta norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.
- IAS 1 - Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, dentre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- IFRS 3/CPC 15 – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual - Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19,

se incorridos separadamente. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente.

- IAS 16 - Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração - Em maio de 2020, O IASB emitiu alterações na IAS 16 que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado.
- IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos - A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.
- IFRS 09/CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros - As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.
- IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Também esclarece como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.
- IAS 01/CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements – Divulgação de políticas contábeis: A alteração tem como objetivo auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. Uma vez que as alterações proporcionam orientações não obrigatórias na aplicação da definição de informações sobre as políticas contábeis, não é necessário indicar uma data para início de sua aplicação. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações na sua divulgação de políticas contábeis.

Para as alterações em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Reconhecimento de receita

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de venda de gás são registradas com base no volume de gás comercializado e nas tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A Gasmig não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Para a Gasmig, a construção se apresenta integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

b) Moeda estrangeira - transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou foram transferidos para terceiros.

Os ativos financeiros da Companhia por categoria incluem:

- Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa que não são classificados como custo amortizado;
- Custo amortizado - encontram-se nesta categoria as contas a receber de clientes, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

d) Passivos financeiros

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures e notas promissórias, obrigações de arrendamentos e fornecedores.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata com a instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor caso sejam resgatadas em até 90 dias após a data da aplicação, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

f) Títulos e valores mobiliários e outros investimentos

Operações financeiras contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 30 dias, sob pena de incidência de IOF, sendo remuneradas por taxas vinculadas ao CDI. Também são registradas as Letras Financeiras do Tesouro adquiridas como garantia parcial da operação de emissão de debêntures da Companhia.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas, inicialmente, pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na

fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para realizar a análise de recuperabilidade das contas a receber, a Companhia adota uma abordagem simplificada, considerando que os saldos das suas contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos, e a expectativa de perda se dá com base na análise individualizada das parcelas não faturadas, vencidas e a vencer dos clientes, considerando os valores renegociados, bem como a assiduidade e histórico dos pagamentos.

h) Capital social e distribuição de lucros

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou Estatuto Social. Diante da legislação aplicável e da previsão no Estatuto da Companhia de um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

i) Ativo de concessão - ativo financeiro, intangível e de contrato

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados, inicialmente, como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos clientes ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção, equivalentes aos novos ativos, são registradas, inicialmente, como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de gás, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no valor justo da indenização prevista no contrato de concessão.

j) Ativo intangível

Compreende os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e os *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso tais evidências sejam identificadas e o valor contábil líquido exceda o

valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

m) Contribuição de consumidores

As contribuições recebidas de consumidores destinadas à construção da rede de distribuição de gás estão apresentadas como redutoras do ativo intangível. São classificadas, inicialmente, na conta de Adiantamento de clientes, onde permanecerão até o início do fornecimento do gás. Após o início do fornecimento, os valores são transferidos para rubrica Obrigações especiais - participações financeiras, do grupo não circulante.

As Obrigações especiais - participações financeiras são amortizadas de forma proporcional às amortizações ou baixas dos respectivos ativos intangíveis.

n) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando, então, o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia, periodicamente, a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

o) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais

serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis.

As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Este benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios dos planos previdenciários B - Misto e do plano de saúde ProSaúde é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), de acordo com o recomendado pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade com o acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

p) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada pela Companhia como informação suplementar às suas demonstrações financeiras e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação dessas demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

q) Operações com arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na celebração do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor que são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 11 destas demonstrações financeiras.

Os demais arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é classificado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente

do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são, inicialmente, mensurados com base no valor presente. Os pagamentos da locação são descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia.

r) Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia analisou os tratamentos tributários adotados que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia teve alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias e, portanto, nenhum efeito relevante foi identificado em decorrência da adoção deste pronunciamento.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	4	9
Contas correntes	1.530	1.396
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	423.328	208.189
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>424.862</u>	<u>209.594</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em fundos fixos das unidades, contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa.

As aplicações financeiras em operações compromissadas são lastreadas em CDBs e Debêntures, remuneradas por taxas variáveis, em média, 105,56% do CDI, em 31 de dezembro de 2021 (106,65% do CDI, em 31 de dezembro de 2020), tendo como emissores bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CDB	41.997	-
Títulos públicos (LFT)	9.244	10.237
	<u>51.241</u>	<u>10.237</u>
Circulante	51.241	-
Não circulante	-	10.237

Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos como CDB com carência de 181 dias e Títulos Públicos (Letras Financeiras do Tesouro - LFT). A aplicação em LFT possui natureza de garantia da 4ª emissão de debêntures da Companhia, devendo ser mantida até o fim da vigência do contrato celebrado com o BNDES, que ocorrerá em 15 de dezembro de 2022 (Nota Explicativa nº 13).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Grandes volumes	161.450	103.015
Automotivo (gás veicular)	9.892	5.181
Gás Natural Comprimido (GNC)	2.369	2.057
Uso geral (*)	295	311
Pequenos clientes não residenciais (*)	498	611
Residencial	10.793	8.116
Usinas termelétricas	35.535	14.107
Cogeração	6.718	2.695
Comercial e Industrial de menor consumo (*)	8.530	4.691
Provisão para perdas de crédito esperada	(7.991)	(7.876)
Total líquido de contas a receber	<u>228.089</u>	<u>132.908</u>

(*) Conforme mencionado na nota 1.4, a partir do segundo trimestre de 2020 houve a migração dos clientes que estavam alocados nas categorias tarifárias Pequenos Clientes não Residenciais (PC-01) e Uso Geral (UG-01) para a categoria Comercial e Industrial de menor consumo (CI-01).

As contas a receber por prazo de vencimento estão demonstradas como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	156.409	87.280
Vencidos:		
Até 30 dias	5.543	2.473
De 31 a 60 dias	589	937
De 61 a 90 dias	515	800
De 91 a 180 dias	601	2.076
Acima de 180 dias	15.816	15.271
Provisão para perda de crédito esperada	(7.991)	(7.876)
Subtotal	<u>171.482</u>	<u>100.961</u>
Receita não faturada	<u>56.607</u>	<u>31.947</u>
Total líquido de contas a receber	<u>228.089</u>	<u>132.908</u>

A Companhia tem o controle individualizado das parcelas vencidas e a vencer dos clientes e revisa, trimestralmente, a expectativa de perdas, considerando os valores renegociados, a assiduidade e histórico dos pagamentos.

A provisão para perdas de crédito esperada está segregada conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Grandes volumes	5.114	5.387
Automotivo (gás veicular)	1.348	1.348
Gás Natural Comprimido (GNC)	176	287
Uso geral	111	217
Pequenos clientes não residenciais	-	119
Comercial e Industrial de menor consumo	1.113	453
Residencial	129	65
Total PCLD	<u>7.991</u>	<u>7.876</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas futuras esperadas na realização dos créditos.

As contas a receber estão registradas pelo custo amortizado, o qual não difere significativamente do correspondente valor de mercado estimado. A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução do valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 25.

A movimentação do saldo da provisão para perdas de crédito esperada é como segue:

Saldo em 31/12/2019	7.489
Adições	526
Reversões/ Baixas	<u>(139)</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>7.876</u>
Saldo em 31/12/2020	7.876
Adições	570
Reversões/ Baixas	<u>(455)</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>7.991</u>

7. Tributos a Recuperar

A Companhia possui créditos de tributos a recuperar provenientes da aquisição de gás natural, de materiais e de demais itens utilizados para composição de sua rede de distribuição de gás natural.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS - rede de distribuição	1.293	1.298
ICMS - compra de gás e outros	10.388	5.314
Total	<u>11.681</u>	<u>6.612</u>
Circulante	10.388	5.314
Não Circulante	1.293	1.298

8. Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e Valores a Restituir a Consumidores

Em agosto de 2008, a Companhia ajuizou Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic. A Companhia obteve também liminar e passou a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins.

Em 22 de outubro de 2019, por meio da correspondência nº CT-136/19, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado - Abegás informou à Gasmig acerca do trânsito em julgado da ação nº 0045161-91.2016.4.01.3400, que teve por objeto a declaração do direito das distribuidoras associadas de excluir o ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins. A partir de fevereiro de 2020, a Gasmig aproveitou os efeitos da sentença da Abegás e deixou de incluir o ICMS na base de cálculo da contribuição ao PIS e Cofins, deixando ainda de realizar os depósitos referentes à controvérsia.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu julgamento dos embargos de declaração opostos no RE nº 574.706, sedimentando o entendimento de que o ICMS destacado na nota fiscal é que deverá ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, atribuindo, portanto, certeza ao evento.

Tendo em vista o reconhecimento, pela Fazenda Nacional, de que o ICMS a ser excluído do PIS e da Cofins é o destacado na nota fiscal, a Gasmig reconheceu os créditos tributários e deverá aguardar o trânsito em julgado de sua ação, para promover a habilitação do indébito e o levantamento dos depósitos judiciais.

Baseados na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de dezembro de 2011 a janeiro de 2020 (mês em que a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins), líquido de PIS e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS e Cofins aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Sede/MG.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021:

Créditos de PIS e COFINS	
Efeitos no balanço patrimonial	
Tributos compensáveis (ago/2003 a jan./2020) (1)	224.734
Valores a serem restituídos a consumidores (2)	(186.621)
Outros impostos, taxas e contribuições (3)	(1.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	(12.419)
Patrimônio líquido (por meio do resultado)	24.107
Efeitos no resultado do exercício	
Devolução de créditos de PIS e COFINS - outras despesas operacionais (5)	3.980
Receita financeira (6)	34.133
PIS e COFINS sobre receita financeira (3)	(1.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	(12.419)
Lucro líquido no exercício	24.107

- (1) Valores relativos aos créditos de PIS e COFINS do período de agosto de 2003 a janeiro de 2020, reconhecidos pela Companhia em 2021 em função da decisão do STF e que se encontram registrados no ativo não circulante até que ocorra o trânsito em julgado da sua ação individual. Em adição a esse montante, em 31 de dezembro de 2021 os valores depositados em juízo no período compreendido de maio de 2011 até janeiro de 2020, relativos a este mesmo tema, montam R\$61.999 (vide Nota 16).
- (2) Refere-se à constituição do passivo correspondente a eventual devolução aos consumidores considerando o prazo de 10 anos, no montante de R\$186.621.
- (3) PIS e COFINS incidentes sobre a receita financeira de atualização pela taxa SELIC dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.
- (4) Imposto de renda e contribuição social diferidos, aguardando o trânsito em julgado da ação, a homologação e compensação dos créditos tributários.

- (5) Refere-se ao efeito do reconhecimento do valor do principal relativos aos créditos de PIS e COFINS, de R\$139.334, e do respectivo valor a ser restituído aos consumidores, de R\$135.354.
- (6) Refere-se ao valor reconhecido no resultado financeiro, resultado da diferença entre a receita financeira proveniente da atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$85.400, e da atualização monetária respectiva dos valores a serem restituídos aos consumidores, no montante de R\$51.267.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS e Cofins nos faturamentos dos clientes da Companhia a partir de fevereiro de 2020, representando uma redução média de aproximadamente 1,5% no valor das faturas.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A recolher		
Imposto de renda	(100.472)	(57.458)
Contribuição social	(37.997)	(21.656)
	<u>(138.469)</u>	<u>(79.114)</u>
A recuperar		
Antecipações de imposto de renda	65.396	41.295
Antecipações de contribuição social	36.467	25.870
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	4.209	3.883
	<u>106.072</u>	<u>71.048</u>
Total de imposto de renda e contribuição social a (recolher) recuperar	<u>(32.397)</u>	<u>(8.066)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos de forma líquida.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2021.

<u>Diferenças temporárias</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para contingências judiciais	2.438	1.218
Provisão para perda de ativos	1.406	1.406
Provisão atuarial	1.436	1.058
Outros resultados abrangentes	595	799
Outras diferenças temporárias	60	60
	<u>5.935</u>	<u>4.541</u>
Atualização do ativo financeiro da concessão	(5.457)	(3.699)
Ação relacionada à exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS		
Atualização dos depósitos judiciais (nota 16)	(6.337)	(5.738)
Atualização crédito tributário judicial (nota 8)	(12.419)	-
Atualização do ativo financeiro (1)	(37.241)	(39.757)
Arrendamentos	(466)	(463)
	<u>(61.920)</u>	<u>(49.657)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>(55.985)</u>	<u>(45.116)</u>

- (1) Refere-se à atualização do ativo financeiro, não tributado quando incorrido, que será tributado simultaneamente à realização do ativo financeiro, este por sua vez ora transferido para o ativo intangível mediante a renovação da concessão. A Amortização ocorre conforme o prazo de concessão.

A movimentação dos impostos diferidos é:

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2020	3.400	(36.512)	1.141	(13.145)
Provisão Atuarial	278	-	100	-
Provisão para contingências judiciais	896	-	323	-
Outros resultados abrangentes	(149)	-	(54)	-
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	1.850	-	666
Arrendamentos	-	(2)	-	(1)
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(1.294)	-	(466)
Atualização depósitos judiciais	-	(440)	-	(158)
Atualização crédito tributário judicial (Nota 8)	-	(9.131)	-	(3.287)
31 de dezembro de 2021	4.425	(45.529)	1.510	(16.391)

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
31 de dezembro de 2019	12.893	(36.346)	4.560	(13.085)
Contingências CIAP - Crédito ICMS s/ Ativo Imobilizado	(9.685)	-	(3.487)	-
Provisão Atuarial	242	-	87	-
Contingências Judiciais	101	-	36	-
Arrendamentos	(82)	(341)	(30)	(122)
Reversão Ativo Financeiro da Concessão (quando da renovação do contrato de concessão)	-	1.850	-	666
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	-	(1.362)	-	(490)
Atualização depósitos judiciais	-	(313)	-	(114)
Outros Resultados Abrangentes	(69)	-	(25)	-
31 de dezembro de 2020	3.400	(36.512)	1.141	(13.145)

c) Reconciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	510.236	320.266
Juros sobre capital próprio	(62.229)	(45.760)
Subtotal	448.007	274.506
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(152.322)	(93.332)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	5.493	3.360
Contribuições e doações indedutíveis e outras diferenças permanentes	(2.661)	(2.184)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(149.490)	(92.156)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(138.825)	(79.113)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(10.665)	(13.043)
Alíquota efetiva do imposto	33%	34%

10. Transações com Partes Relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Arrendamento – Direito de uso (6)	893	-
Total de ativos	893	-
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Salários, provisões e contribuições sociais (1)	561	2.117
Previdência privada - FORLUZ (2)	1.635	1.483
Plano de saúde - CEMIG SAÚDE (3)	444	371
Serviços - Axxiom (4)	87	67
Aluguel e Condomínio a pagar - CEMIG (6)	557	531
Arrendamento – Obrigações (6)	917	-
Benefícios Pós- Emprego (5)	5.953	5.460
Total de passivos	10.154	10.029
	2021	2020
Resultado		
Despesas		
Despesas com pessoal (1)	1.373	7.517
Despesas com previdência privada (2)	4.156	2.737
Despesas com serviços e plano de saúde (3)	1.962	1.565
Despesas com serviços - Axxiom (4)	136	124
Despesa com Aluguel – FORLUZ (6)	422	356
Despesas com Aluguel e Condomínio – CEMIG (6)	308	175
	-	-
Provisão Atuarial (5)	1.092	965
Total de despesas	9.449	13.439

- (1) O saldo refere-se a provisões e valores líquidos a pagar à CEMIG, relativos aos empregados cedidos à Gasmig.
- (2) A Gasmig é uma das patrocinadoras do Plano “B”, plano misto de previdência privada administrado pela Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, e realiza contribuições mensais referente aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é afetado pela contribuição sobre 13º salário.
- (3) A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano ProSaúde Integrado - PSI, plano de saúde administrado pela CEMIG SAÚDE, e realiza contribuições mensais referente aos seus empregados participantes do plano em conformidade com o seu regulamento. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é afetado pela contribuição sobre 13º salário. A Companhia contratou os serviços da CEMIG SAÚDE para elaboração do PCMSO de seus empregados. A Companhia possui contrato de prestação de serviços com a CEMIG SAÚDE para elaboração do PCMSO de seus empregados.
- (4) Valores relativos a serviços prestados pela coligada Axxiom Soluções Tecnológicas SA para manutenção do sistema de geoprocessamento.
- (5) Provisões atuariais para honrar compromissos futuros que a Companhia possui por ser patrocinadora dos planos ProSaúde Integrado - PSI e Plano Odontológico - POD.
- (6) Em 31 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a mudança da sede da Companhia para Avenida Barbacena, 1.200, 7º andar, imóvel pertencente à FORLUZ e arrendado pela sua controladora CEMIG. A mudança efetiva ocorreu em agosto de 2020, mas os colaboradores das áreas administrativas continuaram em trabalho remoto, conforme os protocolos de segurança recomendados pelos órgãos responsáveis. Conforme critérios estabelecidos em contrato foi efetuado o reembolso de aluguel à CEMIG Holding de R\$4, CEMIG Geração e Transmissão de R\$69 e Cemig Distribuição de R\$246 pelos valores pagos e a partir de maio os valores passaram a ser pagos diretamente à FORLUZ. As condições contratuais para utilização do referido imóvel foram assinadas em 01 de junho de 2021, com prazo de vigência de 60 meses e cláusula contratual de reajuste anual conforme índice IPCA. Maiores detalhes, vide nota 12.

Remuneração aos Administradores

A Gasmig remunera diretamente os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Os valores referentes a essa remuneração estão demonstrados a seguir:

	2021		2020	
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Honorários	251	365	417	152
INSS	50	73	84	30
Total	301	438	501	182

Adicionalmente, a Diretoria Executiva da Gasmig recebeu, a título de remunerações, o montante de R\$4.567 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.872 em 31 de dezembro de 2020).

11. Ativo de Concessão - Ativo Financeiro, Intangível e de Contrato

O Contrato de Concessão dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Gasmig, em 27 de julho de 1995, regulamenta a exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado pela Companhia, no qual:

- (i) Estabelece quais serviços o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- (ii) Estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores. Para cumprir essas obrigações, o concessionário realiza constantemente investimentos na rede de distribuição;
- (iii) Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura serão revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;
- (iv) O preço é regulado por meio de mecanismos de tarifa estabelecidos em contrato e homologados pelo poder concedente; e
- (v) Todos os bens, equipamentos, canalizações e medidores utilizados na distribuição do gás, assim como quaisquer outros bens móveis e imóveis adquiridos, por qualquer forma, inclusive veículos e máquinas, utensílios, mobiliários e linhas telefônicas, entre os quais os realizados com a contribuição de poderes públicos, entes privados ou de qualquer usuário pertencerão única e exclusivamente à Gasmig,

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, cujo valor justo equivale ao seu custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, conforme determina o contrato de concessão; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

A infraestrutura construída pela concessionária é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) parte através do consumo de gás natural pelos clientes (faturamento mensal de gás natural circulado/vendido); e
- (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Os novos ativos, registrados inicialmente como ativos de contrato conforme previsto pelo CPC 47 / IFRS 15, são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo de Contrato de Concessão são transferidos para o ativo intangível. A Companhia realiza análise dos prazos de vida útil e, identificado prazo superior à vigência contratual, ocorre a classificação dos valores não amortizáveis dentro do Contrato na conta de ativo financeiro a receber do poder concedente ou alguém por ele determinado.

A composição do ativo de concessão da Companhia é a seguinte:

a) Ativo financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo financeiro		
Servidões permanentes	16.010	13.581
Terrenos	18.376	15.602
Total do ativo financeiro da concessão	<u>34.386</u>	<u>29.183</u>

b) Ativo de contrato

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos de contrato		
Construção e expansão de ramais	76.491	76.175
Material em depósito	18.646	17.940
Total do ativo de contrato de concessão	<u>95.137</u>	<u>94.115</u>

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato de cliente, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando a existência de uma obrigação de desempenho vinculada à sua finalização.

O saldo de construção e expansão de ramais, bem como de material em depósito, corresponde, substancialmente, às aquisições de tubos, materiais diversos e obras relacionadas a projetos de expansão ainda em andamento.

c) Ativo Intangível

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ativo intangível				
Ativos em operação	2.450.612	(653.962)	1.796.650	1.831.567
(-) Obrigações especiais	(60.440)	45.180	(15.260)	(18.109)
Ativo intangível de concessão em serviço	<u>2.390.172</u>	<u>(608.782)</u>	<u>1.781.390</u>	<u>1.813.458</u>

Os ativos intangíveis, cujos períodos e os métodos de amortização são revisados no mínimo anualmente, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida.

As movimentações do ativo de concessão (financeiro, intangível e de contrato) da Companhia aconteceram conforme o quadro a seguir:

Descrição	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2020	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2021
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes		13.581	28	2.401	-	-	16.010
Softwares	5	41.922	-	-	-	388	42.310
Terrenos		15.602	-	2.774	-	-	18.376
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	17.313	-	-	-	992	18.305
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	4.149	-	-	-	-	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	117.892	-	-	(380)	12.180	129.692
Tubulações	30	1.320.773	-	-	-	36.864	1.357.637
Móveis	10	1.881	-	-	-	6	1.887
Equipamentos processamento de dados	5	4.095	-	-	(147)	836	4.784
Veículos	5	665	-	-	-	16	681
Ativo de contrato (obras em andamento)		94.115	56.610	-	(4.306)	(51.282)	95.137
Total do custo		2.523.155	56.638	5.175	(4.833)	-	2.580.135
Amortização acumulada							
Bônus de outorga		(33.614)	(26.734)	-	-	-	(60.348)
Softwares		(28.528)	(4.841)	-	-	-	(33.369)
Edificações - obras civis e benfeitorias		(5.120)	(763)	-	-	-	(5.883)
Benfeitorias em propriedades arrendadas		(1.671)	(314)	-	-	-	(1.985)
Máquinas e equipamentos		(73.764)	(6.072)	-	242	-	(79.594)
Tubulações		(420.447)	(46.847)	-	-	-	(467.294)
Móveis		(1.191)	(115)	-	-	-	(1.306)
Equipamento processamento de dados		(3.394)	(303)	-	140	-	(3.557)
Veículos		(561)	(65)	-	-	-	(626)
Total da amortização acumulada		(568.290)	(86.054)	-	382	-	(653.962)
Subtotal		1.954.865	(29.416)	5.175	(4.451)	-	1.926.173
Obrigações especiais		(59.216)	(1.224)	-	-	-	(60.440)
(-) Obrigações especiais		41.107	4.073	-	-	-	45.180
Total do ativo de concessão líquido		1.936.756	(26.567)	5.175	(4.451)	-	1.910.913

Descrição	Vida útil (anos)	Saldo 31/12/2019	Adições	Atualização do ativo financeiro	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2020
Custo							
Bônus de outorga	33	891.167	-	-	-	-	891.167
Servidões permanentes	-	10.994	53	2.534	-	-	13.581
Softwares	5	36.937	-	-	-	4.985	41.922
Terrenos	-	12.669	-	2.912	-	21	15.602
Edificações - obras civis e benfeitorias	25	16.340	-	-	-	973	17.313
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10	3.966	-	-	-	183	4.149
Máquinas e equipamentos	5 a 20	114.336	-	-	(263)	3.819	117.892
Tubulações	30	1.308.221	-	-	-	12.552	1.320.773
Móveis	10	1.882	-	-	(1)	-	1.881
Equipamentos processamento de dados	5	3.806	-	-	-	289	4.095
Veículos	5	665	-	-	-	-	665
Ativo de contrato (obras em andamento)	-	67.951	51.805	-	(2.819)	(22.822)	94.115
Total do custo		2.468.934	51.858	5.446	(3.083)	-	2.523.155

Amortização acumulada						
Bônus de outorga	(6.965)	(26.649)	-	-	-	(33.614)
Softwares	(22.802)	(5.726)	-	-	-	(28.528)
Edificações - obras civis e benfeitorias	(4.388)	(732)	-	-	-	(5.120)
Benfeitorias em propriedades arrendadas	(1.371)	(300)	-	-	-	(1.671)
Máquinas e equipamentos	(67.577)	(6.379)	-	192	-	(73.764)
Tubulações	(374.529)	(45.918)	-	-	-	(420.447)
Móveis	(1.071)	(121)	-	1	-	(1.191)
Equipamento processamento de dados	(3.100)	(294)	-	-	-	(3.394)
Veículos	(505)	(56)	-	-	-	(561)
Total da amortização acumulada	(482.308)	(86.175)	-	193	-	(568.290)
Subtotal	1.986.626	(34.317)	5.446	(2.890)	-	1.954.865
Obrigações especiais	(58.212)	(1.004)	-	-	-	(59.216)
(-) Obrigações especiais	37.161	3.946	-	-	-	41.107
Total do ativo de concessão líquido	1.965.575	(31.375)	5.446	(2.890)	-	1.936.756

Servidões permanentes e terrenos não possuem vida útil definida, já o bônus pela outorga e demais ativos da concessão são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos.

12. Arrendamento

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seus contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado e a movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	186	1.529	1.715
Adição	1.419	-	1.419
Amortização	(620)	(764)	(1.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	985	765	1.750

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa incremental sobre empréstimo da Companhia de 8,21%.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	<u>Imóveis e Veículos</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.008
Adição	1.419
Juros incorridos	171
Pagamentos efetuados	(1.720)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.878
Passivo circulante	1.878
Passivo não circulante	-

O direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	1.959	1.878
PIS e COFINS potencial	181	174

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados anualmente pelo IGP-M. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

2022	<u>1.959</u>
Valores não descontados	<u>1.959</u>
Juros embutidos	(81)
Total	1.878

13. Debêntures

Esta Nota Explicativa fornece informações sobre os contratos de debêntures, que são mensurados pelo custo amortizado.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia sobre risco de taxa de juros, ver Nota Explicativa nº 25.

Agente financeiro	Encargos anuais	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures Privadas 2014 (BNDESPAR) – 4ª emissão	TJLP/SELIC $\cong$ 9,06%	30.202	-	31.725	29.503
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 7ª emissão	1,50% + CDI = 10,65%	20.049	20.000	20.024	40.000
Debêntures Públicas (Instrução CVM nº 476/09) – 8ª emissão	5,27% + IPCA = 15,33%	18.915	967.530	14.043	876.398
		<u>69.166</u>	<u>987.530</u>	<u>65.792</u>	<u>945.901</u>
	(-) Custos de transação	<u>(2.253)</u>	<u>(19.531)</u>	<u>(2.254)</u>	<u>(21.784)</u>
		<u>66.913</u>	<u>967.999</u>	<u>63.538</u>	<u>924.117</u>

As quantias registradas no passivo circulante englobam o principal da dívida, vincendo nos doze meses seguintes, e juros provisionados e ainda não pagos no exercício.

Saldo da dívida em 31/12/2020	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2021
987.655	2.254	145.758	(50.386)	(50.369)	1.034.912

Saldo da dívida em 31/12/2019	Captações	Custo de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2020
1.035.554	850.000	(24.038)	69.075	(41.123)	(901.813)	987.655

Todas as captações de recursos realizadas pela Companhia foram devidamente aprovadas pela Assembleia Geral dos acionistas.

Em 09 de setembro de 2020, a Companhia concluiu a sua Oitava Emissão de Debêntures Públicas (CVM 476/09) com a captação de R\$850.000 à taxa de 5,27% + IPCA com vencimento em setembro de 2031. O pagamento de juros será semestral e as amortizações serão anuais a partir de 2024.

A seguir, é apresentado o cronograma anual de amortizações dos valores principais captados (ver na Nota Explicativa nº 25 o cronograma de pagamento de principal e juros a incorrer):

	2022	2023	2024	2025	2026	2027-2031	Total
Amortizações do principal	69.167	20.000	207.529	95.000	100.000	565.000	1.056.696
Amortização dos custos da transação	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(10.514)	(21.784)
Amortização líquida	66.913	17.746	205.275	92.746	97.746	554.486	1.034.912

Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

O contrato vigente que a Gasmig possui com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR prevê que a Companhia apresente, anualmente, os seguintes indicadores:

- EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é o resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e o Serviço da Dívida é o pagamento de juros e despesas financeiras incorridos sobre o endividamento financeiro. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3; e
- Endividamento Geral, calculado através da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo Ativo Total. É exigido um resultado menor que 0,6.

As “Escrituras da 7ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig” estabelecem a obrigatoriedade do cumprimento de três indicadores anuais, a saber:

- Endividamento Geral, calculado através da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo Ativo Total (mesmo *covenant* do BNDES). É exigido um resultado menor ou igual a 0,60;
- EBITDA/Resultado Financeiro Líquido, onde Resultado Financeiro Líquido é o somatório de juros e despesas financeiras deduzido das receitas financeiras. É requerido um resultado igual ou maior que 2,5, ressalvado quando as receitas financeiras forem superiores às despesas financeiras, hipótese em que este indicador não deve ser calculado; e
- Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 2,5.

Adicionalmente, as “Escrituras da 8ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig” estabelecem a obrigatoriedade do

cumprimento de dois indicadores anuais, a saber:

- a) EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é o resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e o Serviço da Dívida são os juros e despesas financeiras deduzidos das receitas financeiras. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3; e
- b) Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas pela Emissora, deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 3.

Todas as cláusulas restritivas, as quais são apuradas apenas ao final de cada exercício, foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Encargos Financeiros Capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

A Gasmig incorporou ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos das debêntures vinculados a obras em andamento, conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Encargos de debêntures	145.758	69.075
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato	<u>(2.362)</u>	<u>(1.776)</u>
Efeito líquido no resultado	<u>143.396</u>	<u>67.299</u>

Os valores dos encargos incorporados à infraestrutura da concessão não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

14. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de gás	227.683	125.972
Fornecedores de serviços e materiais	<u>21.621</u>	<u>10.283</u>
	<u>249.304</u>	<u>136.255</u>

15. Tributos a Recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS e COFINS	4.144	4.119
INSS retenções de pessoas jurídicas	306	264
Outros	<u>582</u>	<u>378</u>
	<u>5.032</u>	<u>4.761</u>

16. Provisões para Riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros

assuntos.

As contingências tributárias envolvem os tributos federais e estaduais em questionamento sobre alíquotas, base de cálculo e da cobrança indevida dos tributos nos diversos aspectos legais e operacionais.

As questões trabalhistas envolvem empregados, ex-empregados, mão de obra contratada por empresas terceirizadas (parceiras) e sindicatos que contestam índices de reajuste, pagamento de pretensos direitos trabalhistas e outras possíveis indenizações relacionadas ao trabalho.

Nas ações cíveis, são questionadas indenizações por direitos de passagem de gasodutos, reajustes, atualização de cálculos de servidões, danos materiais e morais, com base em motivos diversos e outros assuntos discutidos na justiça.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, bem como das situações nas quais a Companhia pode vir a ser demandada judicialmente e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para cobrir as perdas estimadas.

a) Composição das provisões para riscos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas e ambiental	7.171	3.585
Tributárias	2.831	1.158
	<u>10.002</u>	<u>4.743</u>

A movimentação das provisões encontra-se apresentada a seguir:

	<u>Saldos em 31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Estornos e/ou reversões</u>	<u>Saldos em 31/12/2021</u>
Trabalhistas e ambiental	3.585	5.434	(1.848)	7.171
Tributárias	1.158	1.673	-	2.831
	<u>4.743</u>	<u>7.107</u>	<u>(1.848)</u>	<u>10.002</u>

	<u>Saldos em 31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Estornos e/ou reversões</u>	<u>Saldos em 31/12/2020</u>
Trabalhistas e ambiental	3.182	442	(39)	3.585
Tributárias	39.837	1.588	(40.267)	1.158
	<u>43.019</u>	<u>2.030</u>	<u>(40.306)</u>	<u>4.743</u>

Ações com risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída. O valor total das ações com risco de perda possível monta R\$150.080 em 31 de dezembro de 2021 (R\$118.687 em dezembro de 2020), com as seguintes naturezas jurídicas:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Administrativas	628	1.136
Tributárias	146.405	113.143
Cíveis	1.615	843
Trabalhistas	1.432	3.565
	<u>150.080</u>	<u>118.687</u>

Auto de infração - Contribuições Previdenciárias sobre participação nos lucros e resultados

Em 28 de outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia no montante de R\$ 5.143, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

a seus empregados dos anos de 2015 a 2017, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores.

A Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos e por entender ter argumentos de mérito e conjunto probatório para sua defesa, avaliou a probabilidade de perda como possível e não constituiu provisão relacionada ao assunto, cuja contingência, atualizada pela Selic até 31 de dezembro de 2021, monta R\$5.467.

Auto de infração- Base de cálculo quanto ao Imposto sobre circulação de mercadoria vendida

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Companhia no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando entendimento divergente entre a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Companhia, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$139.938 (R\$107.000 em 31 de dezembro de 2020). Em julho de 2021, a Gasmig impetrou ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

b) Depósitos judiciais por natureza:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS na base do PIS e da COFINS	61.999	60.152
Outros	3.928	2.630
	<u>65.927</u>	<u>62.782</u>

ICMS na base do PIS e da COFINS

Os depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS na base do PIS e da Cofins realizados até fevereiro de 2020 continuam registrados no ativo não circulante, no montante de R\$61.999 em 31 de dezembro de 2021 (R\$60.152 em 31 de dezembro de 2020), e a Companhia segue no aguardo do julgamento de seu processo para realizar o levantamento destes recursos e reconhecimento de créditos tributários a serem apurados, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 8.

17. Direitos de Retirada e Obrigações de Entrega de Gás

Os saldos, no ativo, são os direitos de retirada futura de gás pela Companhia, reconhecidos nas contas de adiantamento a fornecedores, no circulante e não circulante.

<u>Direitos de retirada</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Térmicas – circulante	11.299	15.921
	<u>11.299</u>	<u>15.921</u>

Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021 são direitos de retirada futura de gás térmico. A recuperação ou a baixa não impactam o resultado da Companhia por causa do espelhamento destes contratos no passivo.

A Companhia apresenta, no passivo, suas obrigações referentes às obrigações de entrega futura de gás.

Alguns contratos com clientes possuem cláusula de retirada mínima mensal e anual. Caso o volume consumido no mês seja inferior ao previsto contratualmente, o cliente realiza pagamento do valor correspondente ao volume restante e, em contrapartida, a Gasmig reconhece o compromisso de entrega futura de gás em conta específica, conforme quadro abaixo:

Obrigações de entrega	31/12/2021	31/12/2020
Não térmico – circulante	34	27.817
Térmicas – circulante	11.299	15.921
	11.333	43.738
Não térmico – não circulante	76.311	30.907
	76.311	30.907

18. Planos de Benefícios a Empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde e odontológico.

Previdência complementar - Forluz

A Gasmig é copatrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, copatrocinado pela Companhia, denominado “Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B”, oferece benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT; (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI; (iii) Abono Anual - AA; (iv) Renda Continuada por Morte - RCM; e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das patrocinadoras para este Plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através do cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do Plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesas com Pessoal.

Assistência Médica - Cemig Saúde

Em 2010, foi criada a empresa Cemig Saúde, uma entidade de autogestão para operar o Prosaúde Integrado da Cemig (PSI) e de algumas empresas do Grupo Cemig. Este plano de saúde, com cobertura médica e odontológica, é mantido por contribuições dos participantes ativos, aposentados e de suas patrocinadoras, como um benefício da política de Recursos Humanos da Cemig.

A Companhia é copatrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados. Os valores das contribuições aos planos previdenciários, de saúde e odontológico são determinados anualmente pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Plano Odontológico de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a Empregados) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2021.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2022 é como segue:

	Plano Previdenciário	Plano de Saúde	Plano Odontológico
Custo do serviço corrente	193	506	17
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	175	618	19
Rendimento esperado dos ativos do plano	(176)	-	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1	-	-
Despesa (receita) a reconhecer até o fim do exercício seguinte	193	1.124	36

As principais premissas atuariais utilizadas na avaliação do passivo atuarial são conforme segue:

	2021	2020
Taxa real anual de descontos	5,43% a.a	3,80% a.a
Taxa nominal anual de desconto	10,73% a.a	7,25% a.a
Taxa anual de longo prazo de inflação	5,03% a.a	3,32% a.a
Rotatividade no Plano de Aposentadoria	Nula	Nula
Rotatividade no Plano de Saúde	Nula	Nula
Projeção crescimento real de salário	2,36% a.a	1,54% a.a
Fator de capacidade (salário e benefício)	98,66%	99%
Composição familiar	Dados reais	Dados reais
Tábua Mortalidade Geral	AT2000 (Suavizada 10% com desagravo de 20%) por sexo	AT2000M (Suavizada 10% com desagravo de 20%)
Tábua Mortalidade de Inválidos	MI - 85 Female	MI - 85 Female
Tábua Entrada Invalidez	Tábua Tasa 1927 com agravo de 100%	ÁLVARO VINDAS (com desagravo 30%)

Os resultados apurados foram os seguintes:

Plano de Aposentadoria

Estatísticas dos participantes

População	2021	2020
Participantes ativos	156	157
Características etárias		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	43	42
1.2. Serviço creditado médio	11,5	11
Salários e benefícios		
1. Participantes ativos		
1.1. Salário médio em R\$	12.347	11.253

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2021	2020
Ações	-	-
Títulos de Renda Fixa	75,96%	76,75%
Imóveis	1,49%	1,72%
Outros	22,55%	21,53%
Total	100,00%	100,00%

Os valores apurados referentes ao plano de aposentadoria são como segue:

	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(1.651)	(1.357)
Valor justo dos ativos do plano	1.657	1.401
(Déficit)/superávit para cobertura do plano	6	44
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido no fim do exercício	6	44

As movimentações ocorridas seguem:

Reconhecimento dos Custos do Plano B no Exercício

1 Resultado do Exercício	
1 Custo do serviço corrente líquido	156
2 Custo do serviço passado	-
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	97
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	(101)
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	3
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	155
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício	
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(160)
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	55
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(41)
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(146)
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado	
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	(311)
2 (Ganhos)/perdas no exercício	(146)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	(457)

A seguir, é apresentada uma análise de sensibilidade para o Plano de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2021:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(265)	(16,03%)
	Redução de 0,5%	307	18,56%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(20)	(1,2%)
	Redução de 1 ano	23	1,4%
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	91	5,51%
	Redução de 0,5%	(85)	(5,17%)

Plano de Saúde

Estatísticas dos participantes

População	2021	2020
Participantes ativos	150	151
Características etárias		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	42	41
1.2. Serviço creditado médio	10	10

Os valores apurados referentes ao Plano de Saúde são como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura	(5.771)	(5.285)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
(Déficit) para cobertura do plano	(5.771)	(5.285)
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-
(Passivo) atuarial líquido no fim do exercício	<u>(5.771)</u>	<u>(5.285)</u>

Reconhecimento dos Custos do Plano de Saúde no Exercício

1 Resultado do Exercício

1 Custo do serviço corrente líquido	543
2 Custo do serviço passado	-
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	382
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	-
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	925

2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício

1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(429)
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(429)

3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado

1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	2.390
2 (Ganhos)/perdas no exercício	(429)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	1.961

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade para o Plano de Saúde em 31 de dezembro de 2021:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(643)	(11,14%)
	Redução de 0,5%	755	13,08%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	84	1,45%
	Redução de 1 ano	(105)	(1,82%)
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	754	13,07%
	Redução de 0,5%	(647)	(11,21%)

Plano Odontológico

Os resultados do estudo atuarial são apresentados a seguir, comparativamente a 2021:

Estatísticas dos participantes

População	2021	2020
Participantes ativos	88	90
Características etárias		
1. Participantes ativos		
1.1. Idade média	40	39
1.2. Serviço creditado médio	11	9

Os valores apurados referentes ao Plano Odontológico são como segue:

	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura	(182)	(175)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
(Déficit) para cobertura do plano	(182)	(175)
Ganho atuarial não reconhecido	-	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Limite de reconhecimento do ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-
(Passivo) atuarial líquido no fim do exercício	(182)	(175)

Reconhecimento dos Custos do Plano Odontológico no Exercício

1 Resultado do Exercício	
1 Custo do serviço corrente líquido	19
2 Custo do serviço passado	-
3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	12
4 Rendimento esperado dos ativos do plano	-
5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
6 Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
7 Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	31
2 Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício	
1 (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
2 (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(24)
3 (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
4 Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
5 (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(24)
3 Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado	
1 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício anterior em ORA	67
2 (Ganhos)/perdas no exercício	(24)
3 (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do exercício em ORA	43

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade para o plano odontológico em 31 de dezembro de 2021:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(22)	(12,02%)
	Redução de 0,5%	26	14,22%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	3	1,59%
	Redução de 1 ano	(3)	(1,73%)
Crescimento Real de Salário	Aumento de 0,5%	26	14,27%
	Redução de 0,5%	(22)	(12,14%)

Segue a movimentação dos passivos atuariais descritos:

	2020	Custos serviço corrente	Despesa do exercício	Outros resultados abrangentes	2021
Plano de saúde	5.285	925	(11)	(428)	5.771
Plano odontológico	175	31	-	(24)	182
Previdência privada	0	155	(9)	(146)	0
	<u>5.460</u>	<u>1.111</u>	<u>(20)</u>	<u>(598)</u>	<u>5.953</u>
Imposto de renda diferido				149	
Contribuição social diferida				54	
				<u>(395)</u>	

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Benefício aos empregados	Duração	Taxa de Desconto Real e Anual
Plano B	33,33	5,43%
Plano de Saúde	28,33	5,43%
Plano Odontológico	30,44	5,43%

Seguro de Vida em Grupo

A Gasmig também patrocina Seguro de Vida em Grupo para seus empregados e estagiários com a Mapfre Vida S/A. No entanto, de acordo com o estipulado nos contratos entre a Gasmig e as Seguradoras já citadas, este benefício é garantido apenas durante o período em que o empregado ou estagiário estiver em atividade na empresa. Portanto, não gera obrigações pós-emprego.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$665.430. O capital é composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidades de Ações (milhares)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Energética de Minas Gerais	202.868	99,1	204.627	100	407.495	99,6
Município de Belo Horizonte	1.760	0,9	-	-	1.760	0,4
Total em 31/12/2021 e 31/12/2020	204.628	100	204.627	100	409.255	100

O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia.

b) Reservas de lucros

A seguir, é demonstrada a composição da conta reserva de lucros:

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal (i)	104.289	86.252
Reserva de lucros a realizar (ii)	70.403	75.289
Reserva de retenção de lucros (iii)	226.083	147.236
Dividendos adicionais propostos (iv)	156.418	106.619
	557.193	415.396

i) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

ii) *Reserva de lucros a realizar*

Com a renovação do Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a realizar a amortização dos valores registrados nessa reserva na mesma medida do reconhecimento da amortização dos

ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

iii) *Reserva de retenção de lucros*

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização. Essas retenções de lucros foram devidamente aprovadas pelos acionistas da Companhia em anos anteriores, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do Art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

iv) *Dividendos adicionais propostos*

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração propôs a distribuição de dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente. Esses recursos foram mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral dos acionistas, a ser realizada até 30 de abril de 2022.

c) Lucro por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Numerador	2021	2020
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	<u> </u>	<u> </u>
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	180.373	114.055
Lucro disponível aos acionistas ordinários	180.373	114.055
	<u>360.746</u>	<u>228.110</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	204.627	204.627
Média ponderada de número de ações ordinárias	204.628	204.628
Total	<u>409.255</u>	<u>409.255</u>
Resultado básico e diluído por ação, em reais		
Preferencial	0,8815	0,5574
Ordinária	0,8815	0,5574

d) Dividendos e Juros sobre capital próprio

O dividendo mínimo obrigatório determinado pelo caput do art. 38 do Estatuto Social da Companhia é de 25% sobre o lucro disponível para distribuição, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Quando a Companhia declara juros sobre o capital próprio, estes são computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório e contabilizados em despesas financeiras, observadas as disposições contidas na Lei nº 9.249/95. Para efeito de demonstração, os juros sobre o capital próprio são eliminados das despesas financeiras do exercício e apresentados na conta de lucros acumulados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada abaixo:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	360.746	228.110
Reserva legal	(18.037)	(11.406)
Realização da reserva de lucros a realizar - ICPC 01	4.886	4.886
Lucro disponível para distribuição	347.595	221.590
Dividendos propostos pela administração		
Dividendo mínimo obrigatório	86.897	55.397
- Juros sobre capital próprio	62.229	45.760
- Dividendos	24.668	9.637
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	86.897	55.397
Dividendos adicionais propostos	156.418	106.619
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio destinados	243.315	162.016
(-) IRRF – JCP	(9.293)	(6.835)
Participação dos dividendos no lucro disponível para Distribuição (%)	70,00	73,12

Em atendimento ao item 24 da Interpretação ICPC 08 (R1), os juros sobre o capital próprio já declarados, assim como a parcela do dividendo que não excede ao mínimo obrigatório, são classificados no Passivo Circulante da Companhia, pois se caracterizam como uma obrigação legal.

Nos casos em que a Administração propõe dividendos em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente, esses recursos são mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral dos acionistas.

A movimentação da conta “Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” (Passivo Circulante):

Saldo em 31/12/2020	Dividendos Adicionais Declarados relativos ao Exercício de 2020	Juros sobre o Capital Próprio Declarados relativos ao Exercício de 2021	Dividendos pagos relativos ao Exercício de 2020	Juros sobre o Capital Próprio Pagos relativos ao Exercício de 2021	Juros sobre o Capital Próprio Declarados Complementar relativos ao Exercício de 2021	Dividendos Intermediários Declarados	Juros sobre o Capital Próprio Pagos Complementar relativos ao Exercício de 2021	Dividendos Intermediários Pagos	Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao Exercício de 2021	Saldo em 31/12/2021
11.474	106.619	25.758	(116.256)	(25.758)	27.177	25.433	(26.824)	(25.433)	24.668	26.858

e) Proposta de destinação do lucro de 2021

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2021, no montante de R\$360.746, e do saldo de realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$4.886:

- R\$18.037, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$62.229 de juros sobre o capital próprio (“JCP”), declarados em 30 de julho de 2021 (R\$30.280) e 21 de dezembro de 2021 (R\$31.949), sendo todo o valor imputado aos dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$24.668 como complemento aos dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$156.418 sob a forma de dividendos adicionais propostos;
- R\$104.280 sejam mantidos no patrimônio líquido na conta de reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para os próximos exercícios.

20. Receita Líquida de Vendas

A receita é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás, conforme tabela a seguir:

	Número de consumidores (*)		Volume em mil m ³ (*)		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Automotivo	59	57	34.688	28.768	115.147
Gás Natural Comprimido Automotivo	1	2	203	450	579	987
Industrial	99	95	863.030	720.345	2.686.014	1.661.991
Gás Natural Comprimido Industrial	4	4	14.810	14.381	34.293	23.501
Uso geral (**)	-	-	-	4.636	-	19.334
Pequeno Cliente não Residencial (**)	-	-	-	924	-	4.049
Residencial	69.912	60.128	10.868	9.342	61.153	43.848
Cogeração	5	5	12.525	13.355	34.293	26.553
Comercial e Industrial (**)	1.154	1.121	20586	12.424	78.928	33.372
Subtotal - gás convencional	71.234	61.412	956.710	804.625	3.010.407	1.881.495
Termelétricas	2	2	430.805	141.102	478.107	134.040
	71.236	61.414	1.387.515	945.727	3.488.514	2.015.535

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(**) Conforme mencionado na nota 1.4, a partir do segundo trimestre de 2020 houve a migração dos clientes que estavam alocados nas categorias tarifárias Pequenos Clientes não Residenciais (PC-01) e Uso Geral (UG-01) para a categoria Comercial e Industrial de menor consumo (CI-01).

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020
Receita bruta	3.488.514	2.015.535
Descontos e abatimentos	(14.105)	(4.975)
Impostos sobre vendas		
ICMS Operação própria	(421.180)	(241.445)
ICMS Substituição tributária	(8.612)	(4.453)
PIS	(43.427)	(27.077)
COFINS	(200.028)	(124.717)
Receita de construção	49.901	50.489
Receita líquida	2.851.063	1.663.357

A Companhia possui dois consumidores cujas receitas líquidas montam R\$482.843 e R\$401.875 e representam mais que 10%, cada um, da receita líquida total do exercício. Em 2020, um cliente industrial totalizava R\$308.866, representando mais que 10% da receita líquida daquele exercício.

21. Receitas e Custos de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

	2021	2020
Receita de construção	49.901	50.489
Custos de construção	(49.901)	(50.489)
Líquido	-	-

22. Despesas por Natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função. Conforme requerido pelo CPC 26 / IAS 1, segue a abertura das despesas por natureza:

	2021	2020
Compra de gás	2.011.340	1.082.545
Custos de operação e manutenção da rede	26.515	29.780
Amortização	83.090	84.041
Despesas com pessoal	30.753	32.165
Despesas com materiais e serviços	19.908	16.279
Outras despesas operacionais	19.666	10.114
	2.191.272	1.254.924
Classificadas como:		
Custos dos produtos vendidos	2.115.695	1.189.737
Despesas de vendas, administrativas e gerais	75.577	65.187
	2.191.272	1.254.924

23. Resultado Financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	18.208	6.092
Juros e multas	1.774	2.532
Atualização monetária	7.786	35.048
Atualização monetária crédito tributário	34.133	-
Outros	242	185
	62.143	43.857
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(145.985)	(67.299)
Juros e multas	(375)	(252)
PIS/COFINS	(2.649)	(1.786)
Outras	(1.966)	(2.394)
	(150.975)	(71.731)
Resultado financeiro, líquido	(88.832)	(27.874)

24. Participação nos Resultados

A participação nos lucros e resultados é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo e montou R\$10.822 em 2021 (R\$9.804 em 2020).

25. Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros					
Custo Amortizado					
Títulos e valores mobiliários	1	9.244	9.244	10.237	10.237
Contas a receber de clientes	2	228.089	228.089	132.908	132.908
Valor Justo por meio de Resultado					
Aplicações financeiras (equivalentes a caixa)	1 e 2	423.328	423.328	208.189	208.189
Títulos e valores mobiliários	2	41.997	41.997	-	-
Ativo financeiro da concessão	3	34.386	34.386	29.183	29.183
		737.044	737.044	380.517	380.517

Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Debêntures	2	1.034.912	1.034.912	987.655	987.655
Arrendamentos	2	1.878	1.878	2.008	2.008
Fornecedores	2	249.304	249.304	136.255	136.255
		<u>1.286.094</u>	<u>1.286.094</u>	<u>1.125.918</u>	<u>1.125.918</u>

Os valores dos ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:

- *Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado* - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- *Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação* - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/precificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- *Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial* - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

b) Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros e de suas atividades:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco regulatório.

A Companhia mantém políticas de gerenciamento de riscos e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

b.1) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, advindos da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Além disso, a maior parte das receitas de vendas provém de grandes indústrias, com sólida situação financeira. A Companhia efetua análises individuais dos saldos em atraso e registra provisão para os créditos que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. A provisão para perdas de crédito esperada, registrada no

montante de R\$7.991 em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2020, R\$7.876) representativos de 3,5% (em 31 de dezembro de 2020, 5,9%) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. A composição de vencimentos e movimentação da provisão foi demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$424.862 em dezembro de 2021 (R\$209.594 em dezembro de 2020), os quais representam sua máxima exposição ao risco de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui CDBs e, como garantia parcial da operação de emissão de debêntures, Letras Financeiras do Tesouro no valor total de R\$51.241 em 31 de dezembro de 2021 (R\$10.237 em dezembro de 2020).

b.2) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 - 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5-11 anos
Debêntures	1.056.696	1.613.023	31.284	72.676	72.437	506.294	930.332
Arrendamentos	1.878	1.959	326	1.633	-	-	-
Fornecedores	249.304	249.304	249.304	-	-	-	-
	1.307.878	1.864.286	280.914	74.309	72.437	506.294	930.332

b.3) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado nas Notas Explicativas nºs 4 e 5.

As captações são provenientes de emissões de debêntures públicas e privadas (BNDES), conforme Nota Explicativa nº 13. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas e privadas de debêntures efetuadas, as quais são indexadas à variação da Selic, CDI, TJLP e IPCA. A taxa CDI acompanha taxa Selic.

Os valores da citada exposição estimados pela Companhia, consideram o resultado da alta da taxa de 25% e 50%, respectivamente, bem como possuem como base as taxas de juros projetadas por seus consultores financeiros para o próximo exercício e são apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2022 – Projeções		
	Valor contábil	SELIC 15,75% TJLP 10,72% IPCA 5,49%	Cenário 1 SELIC 19,69% TJLP 13,40% IPCA 6,86%	Cenário 2 SELIC 23,63% TJLP 16,08% IPCA 8,24%
Ativos - variação pelo CDI/SELIC				
Aplicações financeiras – circulante	423.328	490.002	506.681	523.360
Títulos e valores mobiliários - circulante	51.241	59.311	61.330	63.349
	<u>474.569</u>	<u>549.314</u>	<u>568.012</u>	<u>586.710</u>
Passivos				
Debêntures (SELIC) – circulante	(9.779)	(11.319)	(11.704)	(12.090)
Debêntures (TJLP) – circulante	(20.423)	(22.612)	(23.160)	(23.707)
Debêntures (CDI) – circulante	(20.049)	(23.207)	(23.997)	(24.787)
Debêntures (IPCA) – circulante	(18.915)	(19.953)	(20.213)	(20.474)
Debêntures (CDI) - não circulante	(20.000)	(23.150)	(23.938)	(24.726)
Debêntures (IPCA) - não circulante	(967.530)	(1.020.647)	(1.033.903)	(1.047.254)
	<u>(1.056.696)</u>	<u>(1.120.889)</u>	<u>(1.136.914)</u>	<u>(1.153.037)</u>
Passivo líquido exposto	<u>(582.127)</u>	<u>(571.575)</u>	<u>(568.902)</u>	<u>(566.328)</u>
Efeito líquido da variação das taxas de juros		<u>(10.552)</u>	<u>(13.225)</u>	<u>(15.799)</u>

b.4) Risco regulatório

Por meio da celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, ocorrida em 19 de setembro de 2019, a Companhia assumiu como metas de expansão para o ciclo tarifário de 2018 a 2022: (i) implantar redes de gás canalizado em municípios localizados em pelo menos sete mesorregiões do Estado de Minas Gerais; e (ii) atingir a marca de 100 mil clientes atendidos até o fim de 2022. O não atingimento das metas assumidas no âmbito do Terceiro Termo Aditivo poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, como advertência, multa, ou em última hipótese, a decretação de caducidade, nos termos do Contrato de Concessão.

26. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, com instituições seguradoras, visando cobrir riscos operacionais, compreendendo a rede de distribuição, equipamentos, imóveis, automóveis para atendimento a emergências e responsabilidade civil em valores considerados suficientes pela Administração, como segue:

	<u>Data de vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil - rede de distribuição de gás/terceiros	15/12/2021 a 15/12/2022	100.000
Multirrisco – instalações	31/12/2021 a 31/12/2022	33.211
Automóveis operação	07/07/2021 a 07/07/2022	500
Automóvel administrativo	25/10/2021 a 25/10/2022	180

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

A apólice Automóvel Administrativo, além da cobertura para terceiros, tem cobertura para danos ao próprio veículo, pelo valor da Tabela Fipe, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

27. Informações por Segmentos Operacionais

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

28. Eventos Subsequentes

Por meio da Resolução nº 03, de 31 de janeiro de 2022, a Sede/MG aprovou reajuste tarifário a ser aplicado pela Gasmig para as classes de consumidores Industrial, Cogeração, GNC/GNL, GNV, Residencial e Comercial a partir de 1º de fevereiro de 2022, com aumento médio variando entre 16% e 26%, conforme classe de consumidores, em relação às tarifas que estavam vigentes desde novembro de 2021. Esse aumento é referente à variação nos custos do gás adquirido pela Companhia e o reajuste da sua margem de distribuição.